

Delga Participações S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Delga Participações S.A.
Diadema - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Participações S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

1. Nosso relatório relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conteve a seguinte modificação:

Nas demonstrações financeiras da controlada Delga Indústria e Comércio S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, incluía em seu ativo na rubrica estoques o montante R\$ 10.246 mil referentes à planta de Ferraz de Vasconcelos, para o qual não foi possível certificarmos-nos durante o acompanhamento de inventário físico quanto à correta existência desses estoques, conforme o inventário realizado no dia 07 de dezembro de 2013. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos quanto à adequação do saldo de estoques no montante de R\$ 10.246 mil em 31 de dezembro de 2013 por meio de outros procedimentos de auditoria. Uma vez que os estoques iniciais afetam a determinação do resultado e dos fluxos de caixa do exercício corrente, não nos foi possível determinar se seria necessário efetuar ajustes no prejuízo do exercício registrado na demonstração do resultado e nos fluxos de caixa de atividades operacionais registrados na demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 conteve modificação.

Em decorrência do assunto descrito acima, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

2. Até o término de nossos exames, a Companhia não nos apresentou uma análise que suporte que os custos dos estoques de produtos em elaboração e acabados, registrados na controlada Delga Indústria e Comércio S.A. no montante de R\$ 24.722 mil serão realizados pelo seu valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, não conseguimos obter evidências suficientes de que os gastos gerais de fabricação estão sendo alocados de forma apropriada aos produtos em elaboração e acabados. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto a valorização dos estoques de produtos acabados em 31 de dezembro de 2014, bem como os respectivos possíveis efeitos sobre o custo dos produtos vendidos.
3. A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. possui como parte de seu ativo imobilizado, valores associados ao imobilizado em andamento, os quais parte do seu custo estão relacionados a custos internos de pessoal no montante de R\$ 8.955 mil. A Companhia não nos forneceu as evidências relacionadas aos apontamentos de horas dos profissionais envolvidos, que nos permitisse avaliar se tais valores foram apropriadamente capitalizados como parte do custo dos ativos em andamento. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir sobre a razoabilidade das adições no montante de R\$ 23.103 em obras em andamento em 31 de dezembro de 2014.
4. As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades avaliem os valores recuperáveis de seus ativos imobilizados quando houver alguma indicação que esse ativo tenha sofrido alguma desvalorização, sejam elas por condições internas ou externas. A atual situação de mercado, principalmente no segmento de negócio que a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. atua, trouxe uma redução significativa nos níveis de produção e consequentemente vendas. A Companhia não nos apresentou nenhum estudo que demonstrasse que seus ativos não tenham sofrido desvalorização. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto a

correta mensuração do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2014, bem como os respectivos possíveis efeitos sobre a depreciação no resultado do exercício.

5. Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. possuía debêntures classificados no passivo não circulante no montante de R\$ 75.530 mil, para os quais o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples (Escritura) inclui cláusulas de “covenants”. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não cumpriu com os índices financeiros mínimos previsto na alínea “a” do inciso “XXIV”, do item 5.3.1.1 da Escritura apurado em 31 de dezembro de 2014, deixando assim de ter o direito incondicional de efetuar os pagamentos classificados como não circulantes após doze meses da data base das demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia dependia, conforme estabelecido na Escritura, de deliberação futura dos debenturistas. No entanto, a Companhia obteve anuência dos debenturistas em Assembleia realizada em 06 de agosto de 2015. Com base nesses documentos, a Administração da Companhia optou por não reclassificar o montante citado acima para o passivo circulante. Esse procedimento, em nosso entendimento, está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1). Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2014 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante está apresentado a menor em R\$ 75.530 mil.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos descritos nos parágrafos 1 a 4 acima e pela não reclassificação dos valores de empréstimos para o passivo circulante descrito no parágrafo 5, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Delga Participações S.A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 28 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Delga Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.966	13.591	14.482	20.372
Contas a receber de clientes	6	827	1.823	18.385	25.618
Estoques	7	-	-	58.653	105.590
Ativos mantidos para venda	8	8.275	3.878	8.275	3.878
Ativo fiscal corrente		-	-	15.079	7.832
Outros créditos	9	41	-	963	1.028
Total do ativo circulante		18.109	19.292	115.836	164.318
Contas a receber de clientes		-	-	2.567	2.645
Mútuos a receber de partes relacionadas	12	40	40	-	-
Depósitos judiciais		28	28	2.224	2.392
Outros créditos	9	32.500	32.500	32.623	32.623
Ativo fiscal não corrente		-	-	13.587	13.186
Total do realizável a longo prazo		32.568	32.568	51.001	50.846
Investimentos	10	33.834	57.898	-	-
Imobilizado	11	11.645	11.647	214.891	194.622
Intangível	11	2	-	752	759
Total do ativo não circulante		78.049	102.113	266.644	246.227
Total do ativo		96.158	121.405	382.480	410.545

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	47.833	63.688
Fornecedores	14	-	-	36.865	40.024
Obrigações trabalhistas e sociais	15	-	-	16.630	17.141
Obrigações fiscais e tributárias	16	267	626	5.278	2.469
Parcelamentos de impostos	17	24	182	16.756	15.046
Adiantamento de clientes	19	-	-	7.898	14.538
Outras contas a pagar		1.646	66	1.951	407
Total do passivo circulante		1.937	874	133.211	153.313
Fornecedores	14	-	-	-	3.282
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	130.583	102.631
Obrigações fiscais e tributárias	16	-	-	1.186	1.186
Parcelamentos de impostos	17	18	37	21.561	27.132
Passivo fiscal diferido	25	2.181	2.181	2.449	3.220
Provisão para contingências	18	1.705	1.705	3.173	3.173
Total do passivo não circulante		3.904	3.923	158.952	140.624
Patrimônio líquido	20				
Capital social		28.488	28.488	28.488	28.488
Reserva de reavaliação		4.336	4.436	4.336	4.436
Reserva de incentivos fiscais		12.414	12.414	12.414	12.414
Reserva de lucros		45.079	71.270	45.079	71.270
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		90.317	116.608	90.317	116.608
Total do passivo		5.841	4.797	292.163	293.937
Total do passivo e patrimônio líquido		96.158	121.405	382.480	410.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	21	8.014	48.359	451.240	502.328
Custos das mercadorias vendidas	22	<u>(98)</u>	<u>(1.952)</u>	<u>(429.276)</u>	<u>(407.797)</u>
Lucro bruto		<u>7.916</u>	<u>46.407</u>	<u>21.964</u>	<u>94.531</u>
Despesas administrativas e gerais	23	(1.431)	(753)	(27.080)	(26.101)
Outras receitas operacionais		29	-	12.078	1.245
Outras despesas operacionais		-	(101)	(132)	(1.781)
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>(19.625)</u>	<u>3.698</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>(13.111)</u>	<u>49.251</u>	<u>6.831</u>	<u>67.894</u>
Despesas financeiras	24	(13)	(21)	(25.438)	(23.549)
Receitas financeiras	24	<u>994</u>	<u>661</u>	<u>5.707</u>	<u>8.479</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>981</u>	<u>640</u>	<u>(19.731)</u>	<u>(15.070)</u>
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos		<u>(12.130)</u>	<u>49.891</u>	<u>(12.901)</u>	<u>52.824</u>
Imposto de renda e contribuição social	25	<u>(1.126)</u>	<u>(2.339)</u>	<u>(355)</u>	<u>(5.272)</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		<u><u>(13.256)</u></u>	<u><u>47.552</u></u>	<u><u>(13.256)</u></u>	<u><u>47.552</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Resultado do exercício	<u>(13.256)</u>	<u>47.552</u>	<u>(13.256)</u>	<u>47.552</u>
Resultado abrangente total	<u>(13.256)</u>	<u>47.552</u>	<u>(13.256)</u>	<u>47.552</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores									
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Lucros retidos	Total	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2013	<u>28.488</u>	<u>4.608</u>	<u>12.414</u>	<u>3.361</u>	<u>32.067</u>	<u>80.938</u>	<u>-</u>	<u>80.938</u>	<u>1</u>	<u>80.939</u>
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	(11.882)	(11.882)	-	(11.882)	(1)	(11.883)
Realização da reserva de reavaliação	-	(172)	-	-	-	(172)	172	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	47.552	47.552	-	47.552
Destinações:										
Constituição da reserva legal	-	-	-	2.336	-	2.336	(2.336)	-	-	-
Retenção dos lucros	-	-	-	-	45.388	45.388	(45.388)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>28.488</u>	<u>4.436</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>65.573</u>	<u>116.608</u>	<u>-</u>	<u>116.608</u>	<u>-</u>	<u>116.608</u>
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	(13.035)	(13.035)	-	(13.035)	-	(13.035)
Realização da reserva de reavaliação (Depreciação Edifícios)	-	(100)	-	-	-	(100)	100	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(13.256)	(13.256)	-	(13.256)
Compensação de prejuízos com reservas	-	-	-	-	(13.156)	(13.156)	13.156	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>39.382</u>	<u>90.317</u>	<u>-</u>	<u>90.317</u>	<u>-</u>	<u>90.317</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	(12.130)	49.891	(12.901)	52.824
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	2	2	8.972	7.322
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	11.368	12.000
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	600	1.559	663
(Reversão) / Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	361	(253)	421	(942)
Constituição / (reversão) de provisão para contingências	-	-	-	1.468
Resultado de equivalência patrimonial	19.625	(3.698)	-	-
	7.858	46.542	9.419	73.335
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	635	1.811	6.890	14.313
Estoques	-	-	46.937	(24.395)
Ativos mantidos para venda	-	1.831	-	1.831
Ativo fiscal corrente e não corrente	-	-	(7.647)	(12.763)
Outros créditos	(41)	(32.500)	65	(32.760)
Depósitos judiciais	-	(3)	168	657
(Aumento)/diminuição dos passivos				
Fornecedores	-	-	(6.441)	1.683
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	(511)	2.159
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos	(779)	669	(888)	3.724
Adiantamento de clientes	-	(8)	(6.640)	(781)
Outras contas a pagar	1.580	(263)	1.544	161
Juros pagos	-	-	(23.429)	(11.245)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(883)	(802)	(1.290)	(4.750)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.370	17.277	18.177	11.169
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Dividendos recebidos	40	-	-	-
Redução de capital em controlada	-	(120)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(25.662)	(66.443)
Fluxo de caixa usados nas atividades de investimento	40	(120)	(25.662)	(66.443)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	-	-	123.735	70.884
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	-	-	(109.105)	(27.356)
Distribuição de lucros	(13.035)	(11.882)	(13.035)	(11.882)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(13.035)	(11.882)	1.595	31.646
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.625)	5.275	(5.890)	(23.628)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	13.591	8.316	20.372	44.000
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8.966	13.591	14.482	20.372
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.625)	5.275	(5.890)	(23.628)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Delga Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 2.000, em Diadema, São Paulo, tendo como objetivo principal a administração de bens e negócios próprios e a participação em outras sociedades.

Planos de ação em andamento pela Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas apresentaram prejuízo no exercício e deficiência de capital de giro. Para a reversão dessa situação a Administração tem adotado várias medidas, sendo que as principais são:

- Discussão com os clientes, visando a recuperação de preços;
- Adequação do quadro de profissionais em virtude das novas condições de mercado;
- Novos negócios para a planta de Diadema;
- Plano de redução de gastos e custos;
- Renegociação com os bancos, buscando o alongamento da dívida; e
- Aporte de capital

2 Entidades do grupo

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía participações nas seguintes empresas controladas (controle integral):

Empresa	% de participação	Atividade desenvolvida
Delga Indústria e Comércio S.A.	100,00%	Estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	99,99%	Revenda de máquinas e equipamentos.
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	99,99%	Estamparia de metais em geral (atualmente sem atividades operacionais)

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6-** reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 11-** definição de vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 18-** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 25-** reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre o lucro tributável futuro.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de curto prazo da dívida soberana ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia e suas controladas para atender às necessidades de liquidez de curto prazo.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, conta corrente a receber partes relacionadas e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, baixa e mensuração*

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e empreiteiros, conta corrente a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

(iv) *Capital social - Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

c. *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Ativos mantidos para venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda ou distribuição contendo ativos e passivos, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Software 1- 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que o Grupo não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; o
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável.

Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

l. Arrendamentos

(i) *Ativos arrendados*

Ativos mantidos pela Companhia e suas controladas sob arrendamentos que transferem para Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(ii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n. Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos

para o comprador, de que (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Serviços prestados

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

p. Imposto de renda e contribuições sociais

A Companhia têm o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplicasse a alíquota de 32%, para receitas de aluguéis e de 8% para receitas de venda de imóveis, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As controladas têm o Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

q. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Caixa	5	5	41	41
Bancos conta movimento	704	552	2.239	7.267
Aplicações financeiras	8.257	13.034	12.202	13.064
	<u>8.966</u>	<u>13.591</u>	<u>14.482</u>	<u>20.372</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações médias de 95% a 101% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contas a receber	2.359	2.994	34.711	40.306
(-) Antecipação de recebíveis (i)	-	-	(11.250)	(9.956)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.532)	(1.171)	(2.509)	(2.087)
	827	1.823	20.952	28.263
Circulante	827	1.823	18.385	25.618
Não circulante			2.567	2.645

- (i) Refere-se a antecipação de recebíveis através de contrato de cessão de crédito sem coobrigação ou direito de regresso, com obrigação pela liquidação diretamente por parte dos clientes da Companhia à instituição financeira cessionária.

As controladas da Companhia vendem produtos e componentes para empresas de grande porte e de substancialmente no setor automotivo, com a participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de concentração
Volkswagen	29,73%
General Motors	22,39%
Scania	13,99%
Mercedes Benz	9,89%
Outros	24,00%
Total	100,00%

Para reduzir o risco de crédito a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite individual de crédito e acompanhando permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A Vencer	632	1.549	28.359	33.601
Vencidos:				
até 30 dias	26	1	2.054	3.614
de 31 a 90 dias	143	234	649	852
de 91 a 180 dias	19	39	273	151
há mais de 180 dias	1.539	1.171	3.376	2.088
	1.727	1.445	6.352	6.705
Total vencidos	1.727	1.445	6.352	6.705
Total geral	2.359	2.994	34.711	40.306

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	(1.171)	(1.424)	(2.087)	(3.029)
(Constituição) reversão	(361)	253	(422)	942
Saldo final	(1.532)	(1.171)	(2.509)	(2.087)

7 Estoques

	Consolidado	
	2014	2013
Produtos acabados	12.916	9.263
Produtos semi-acabados	11.806	14.696
Produtos em elaboração	-	916
Matérias primas	15.186	18.348
Mercadorias para revenda	7.620	8.357
Materiais de consumo auxiliares e outros	1.264	981
Ferramentais em construções	4.892	50.143
Adiantamento a fornecedores	4.969	2.886
	58.653	105.590

A redução na conta ferramentais em construção de 2013 para 2014, foi devido ao faturamento dos ferramentais do novo veículo da Volkswagen “UP”, que teve início de produção em fevereiro de 2014.

8 Ativos mantidos para venda

Representado por 7 (sete) imóveis disponíveis para venda no montante total de R\$ 8.275 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 3.878 mil em 2013 representado por 6 seis imóveis), não mais alocados nas operações da Companhia, avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização.

Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

9 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Incorporadora Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	32.500	32.500	32.500	32.500
Outros Créditos	41	-	1.086	1.151
Saldo final	32.541	32.500	33.586	33.651
Circulante	41	-	963	1.028
Não Circulante	32.500	32.500	32.623	32.623

- (i) Refere-se ao montante a receber referente à venda de imóveis conforme contrato de compra e venda com registro livro nº 10.216 -pg 169, pelo montante total de R\$ 42.500 mil, sendo o montante de R\$ 10.000 recebidos à vista e o valor restante de R\$ 32.500mil a receber em 2016.

10 Investimentos em controladas

a. Composição dos saldos

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldos em investimentos		
Delga Indústria e Comércio S.A	30.131	52.054
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	7.743	9.654
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	(4.040)	(3.810)
Total de investimentos	33.834	57.898

b. Composição dos investimentos

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	TametEstamparia Pesada Ltda.	Total
Capital Social	39.439	6.319	704	
Participação	100%	99,99%	99,99%	
Total do ativo das controladas	303.230	20.310	223	323.763
Total do passivo das controladas	(273.099)	(12.567)	(4.263)	(289.929)
Resultado das controladas	(17.485)	(1.912)	(228)	(19.625)
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2014	30.131	7.743	(4.040)	33.834
Resultado de equivalência patrimonial	(17.485)	(1.912)	(228)	(19.625)
(-) Provisão para perdas em investida	-	-	-	-
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2014	30.131	7.743	(4.040)	33.834

c. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Saldos em 31/12/2013	52.054	9.655	(3.811)	57.898
Provisão de dividendos 2013	(41)	-	-	(41)
Redução de capital social em investida (i)	(60)	-	-	(60)
Realização reserva de reavaliação (i)	(4.338)	-	-	(4.338)
Equivalência patrimonial	(17.485)	(1.912)	(228)	(19.625)
Saldos em 31/12/2014	30.130	7.743	(4.039)	33.834

- (i) A redução do capital da investida Delga Indústria e Comercio S.A. foi liquidada com a transferência de um terreno no montante total de R\$ 4.398 sendo R\$ 60 referente ao custo original do bem e de R\$ 4.338 referente a reavaliação do mesmo. Tais montantes foram registrados no ativo imobilizado da Companhia. Essa transação visou agrupar os bens imóveis em uma única companhia.

11 Ativo imobilizado

% - Taxa anual média de depreciação	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Terrenos	-	6.783	6.783	8.474
Edifícios	4	4.856	4.856	20.009
Instalações	10	-	-	10.862
Máquinas e equipamentos	5	3	3	160.396
Móveis e utensílios	10	3	3	1.539
Veículos	20	104	104	2.628
Equipamentos de informática (CPD)	20	4	4	2.944
Aparelhos e acessórios	10	-	-	6.336
Benfeitorias em imóveis	4	-	-	1.514
Veículos industriais	20	-	-	478
Instalações administrativas	10	-	-	350
Embalagens Industriais	10	-	-	4.071
Software	-	-	-	3.890
Marcas e patentes	-	-	-	39
Ferramentas	10	-	-	878
Imobilização em andamento	-	-	-	56.910
Juros capitalizados	-	-	-	14.087
		11.753	11.753	295.405
Depreciações acumuladas		(108)	(106)	(79.762)
Ativo Imobilizado		11.645	11.647	215.643

Os custos capitalização de empréstimos na rubrica de imobilização em andamento totalizaram no exercício findo de 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 14.087(R\$ 4.558 em 2013).

Resumo da movimentação do ativo imobilizado:

Controladora

	2014	2013
Saldo inicial	11.647	12.249
Baixas	-	(600)
Depreciação e amortização	(2)	(2)
Saldo final	<u>11.645</u>	<u>11.647</u>

Consolidado

	2014	2013
Saldo inicial	195.381	136.923
Aquisições	25.662	61.885
Transferência do imobilizado para ativo para venda	(4.398)	-
Baixas	(1.559)	(663)
Juros capitalizados	9.529	4.558
Depreciação e amortização	(8.972)	(7.322)
Saldo final	<u>215.643</u>	<u>195.381</u>

Outras considerações

Em 2003, a Companhia reconheceu reavaliação de bens imóveis e determinados bens móveis (máquinas e equipamentos e instalações) baseada em laudo emitido por peritos independentes.

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A. tinham imóveis dados em garantia de debêntures, no valor líquido contábil de R\$ 9.023 (R\$ 6.280 em 2013).

12 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2014 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração foi de R\$ 1.419 (R\$ 827 em 2013) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego.

Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais, com vencimento predefinido, renovado automaticamente. Conforme pactuado entre as partes, atualmente, não há a incidência de encargos financeiros.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora	
	2014	2013
Ativo não circulante:		
Delga Indústria e Comércio S.A.	40	40
	40	40

As operações mercantis entre empresas ligadas, efetuadas em condições acordadas entre as partes, estão assim demonstradas:

	Controladora	
	2014	2013
Resultado		
Receita de aluguel		
Delga Indústria e Comércio S.A.	2.208	2.068
Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	1.656	1.344
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	61	57
	3.925	3.469

Conforme contratos, os reajustes são anuais e com base nos índices que registre a real inflação na data de vencimento de cada contrato.

- **Delga** - Diadema - Vencimento Outubro/15 - 6,72 - ICV/Diese
- **Delga** - Diadema - Vencimento Junho/15 - 7,9832 - IGPM
- **Delga** - Filial Ferraz - Vencimento Setembro/15 - 6,916 - IGPM
- **Fobrasa** - Rua Almirante Lobo - Vencimento Novembro/15 - 6,59 - INPC/IBGE
- **Fobrasa** - Rua Piratininga - Vencimento Junho/15 - 7,9832 - IGPM

13 Empréstimos, financiamentos e debentures

Modalidade	Consolidado	
	2014	2013
Finame	16.244	19.370
Capital de giro	36.782	41.870
Capital de giro - moeda estrangeira	3.561	11.486
Arrendamento mercantil	304	1.029
BNDES	33.100	28.850
Debêntures	88.425	63.714
Total	178.416	166.319
Passivo circulante	47.833	63.688
Passivo não circulante	130.583	102.631

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o seguinte cronograma de vencimento:

Período

	2014	2013
2015	-	40.474
2016	43.189	27.978
2017	34.416	34.179
2018	30.496	-
2019	15.862	-
2020	6.620	-
	130.583	102.631

Aquisição de ativo fixo - FINAME

Financiamentos obtidos para investimento em máquinas e equipamentos que possuem taxas de juros anuais variando de 4,50% a 11,70%.- Vencimento 15/07/2018

Capital de giro (PROGEREM - BNDES -BRASIL)

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, 3,4% a.a + TJLP- Vencimento 15/09/2021

Capital de giro -Moeda estrangeira

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, LIBOR 0,15% a 0,75% ao ano e correção pela taxa cambial.- Vencimento 05/08/2017

Arrendamento mercantil

Captações aplicadas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros que possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, 15,99% a 26,23%. - Vencimento 02/07/2016

Debêntures

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada a 2ª emissão das debentures com a liquidação da 1ª emissão

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	14 de maio de 2019
Quantidade:	90
Valor total da emissão:	RS\$90.000
Espécie:	A definir, em comum acordo entre as Partes, devendo ser, pelo menos, da espécie quirografária e nunca subordinada.
Forma :	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal :	Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,23% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,27% a.a. Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015.
Pagamento do principal:	RS\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 12/05/2015, junto com a remuneração mensal.
Garantias :	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,00 em 2014. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,75 em 2015. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,50 em 2016. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019 .
Obrigações adicionais - Outras	Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, com vencimento final em 14 de maio de 2019, conforme seguem:

	RS
Parcela de curto prazo	12.895
Parcela de longo prazo	<u>75.530</u>
Total	<u><u>88.425</u></u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 2.245 Mil (R\$ 524 mil em 2013) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia atingiu as cláusulas contratuais exigidas pelos debenturistas, exceto em relação ao índice financeira de endividamento. Conforme previsto na cláusula 5.3.1.1 (xxiv), item (a), a dívida financeira líquida não poderia ter excedido em 3,0 vezes o EBITDA. A Companhia obteve a anuência (Waiver) juntos aos debenturistas no dia 06 de agosto de 2015. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 28.

Garantias

As linhas de financiamentos, exceto as debêntures comentadas anteriormente, possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

As debêntures possuem garantia de imóveis da Companhia e de sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A., no valor líquido contábil de R\$ 9.023 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 6.280 em 2013).

14 Fornecedores

	Consolidado	
	2014	2013
Fornecedores nacionais	34.884	36.460
Fornecedores do exterior	1.981	6.843
Outros	-	3
	<u>36.865</u>	<u>43.306</u>
Circulante	36.865	40.024
Não Circulante		3.282

Os fornecedores estão representados por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral.

15 Obrigações trabalhistas e sociais

	Consolidado	
	2014	2013
Ordenados e salários	2.715	2.658
Encargos sociais - INSS e FGTS	2.342	2.377
Provisão de férias e encargos	10.220	10.837
Outras obrigações trabalhistas	1.353	1.269
	16.630	17.141

16 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ICMS a recolher	-	-	3.669	1.270
IPI	-	-	812	-
ISS a recolher	-	-	26	33
IRRF a recolher	-	-	20	19
INSS a recolher	-	-	60	79
PIS e COFINS a recolher	24	1.210	1.634	1.651
Imposto de renda e contribuição social	243	-	243	407
Outros	-	60	-	196
	267	1.270	6.464	3.655
Circulante	267	626	5.278	2.469
Não circulante	-	644	1.186	1.186

17 Parcelamentos de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Parcelamento ICMS	-	-	20.426	23.238
Parcelamento IPTU	42	219	41	259
Parcelamento INSS Lei 11.941/09	-	-	3.314	4.008
Parcelamento RFB Lei 11.941/09	-	-	14.104	14.404
Parcelamento RFB Lei 12.966/14	-	-	266	-
Parcelamentos trabalhistas	-	-	166	204
Parcelamento ISS	-	-	-	65
	42	219	38.317	42.178
Circulante	24	182	16.756	15.046
Não circulante	18	37	21.561	27.132

Parcelamentos tributários e trabalhistas

Entre 2007 e 2014, as controladas Delga Indústria e Comércio S.A e Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda, protocolaram diversos pedidos de parcelamentos de âmbitos Federais, Estaduais, Municipais e trabalhistas, para amortização em períodos que variam de 36 a 120 meses. Referidos parcelamentos são atualizados de acordo com legislação específica e vem sendo pagos de acordo com os cronogramas deferidos.

Em 25 de novembro de 2009, as controladas optaram por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES Federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas formalizaram a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei sendo que, em 31/12/13, restavam para a Companhia e suas controladas de 21 a 34 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente ao parcelamento com saldo remanescente (anteriormente PAES), de 24 a 154 parcelas a serem pagas relativas ao debito referente débitos de IRPJ e CSLL, e de 74 a 87 parcelas a serem pagas relativas à débitos de INSS.

Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

18 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus advogados, e a inclusão no programa de parcelamento “REFIS IV” de tributos devidos, discutidos ou não judicialmente, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam registrado o montante de R\$1.705 para cobrir riscos prováveis.

Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão desses processos e de outros assuntos não classificados como provisão para demandas judiciais, os quais totalizam os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Depósitos judiciais	28	28	2.224	2.392
	Consolidado			
Natureza	31/12/2013	Adições	31/12/2014	
Tributária	3.173	-	3.173	
	3.173	-	3.173	

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ 3.149 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 5.650 em 2013). Nenhuma provisão foi constituída para estes processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

19 Adiantamento de clientes

Refere-se a valores recebidos em 2014 R\$ 7.898 (em 2013 14.538) a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos de produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues no exercício subsequente.

20 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 28.488, representado por 28.544.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados

	31/12/2014	31/12/2013
Maria Ione Victollo Delgado	54,28%	54,28%
Antonio Augusto Delgado Junior	15,24%	15,24%
Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel	15,24%	15,24%
Carla Milena Delgado	15,24%	15,24%
	100,00%	100,00%

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Até 31 de dezembro de 2012, esta reserva era representada pelos resultados positivos originados da desapropriação de imóvel ocorrida em 2007, em função de tratamento tributário específico para esta transação.

Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação de terrenos, edifícios e construções e máquinas e equipamentos efetuada pela controlada Delga Indústria e Comércio Ltda. em 2003, baseada em laudo emitido por peritos independentes. Atendendo as disposições legais, foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo da reserva de reavaliação, que está classificada no passivo não circulante nestas demonstrações financeiras.

Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2014 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Descrição	2014	2013
Lucro líquido do exercício		47.552
(-) Reserva legal	-	(2.378)
(=) Base dos dividendos mínimos obrigatórios	-	45.174
(=) Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	11.294
Dividendos deliberados e pagos no exercício	13.036	11.882

21 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de produtos	-	-	533.851	568.830
Receita de venda de imóveis	-	42.500	-	42.500
Receita de serviços	-	-	217	1.225
Receita de alugueis	8.317	7.691	4.735	4.222
Receita de revenda	-	-	21.295	289
Receita de sucata	-	-	21.050	21.804
(-) deduções da receita	(303)	(1.832)	(129.908)	(136.542)
	<u>8.014</u>	<u>48.359</u>	<u>451.240</u>	<u>502.328</u>

22 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	-	-	(420.270)	(393.262)
Custo de revenda	-	-	(8.752)	(11.806)
Custo de serviços	-	-	(156)	(777)
Custo adm.receita de alugueis	(98)	(1.952)	(98)	(1.952)
	(98)	(1.952)	(429.276)	(407.797)

23 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesa com pessoal	-	-	(14.455)	(14.358)
Serviços de consultoria	(94)	(91)	(997)	(682)
Gastos mercadológicos	(444)	-	(1.405)	(4.671)
Depreciações e amortizações	(2)	(2)	(735)	(675)
Seguros	-	-	(377)	(296)
Processamento de dados	-	-	(2.090)	(2.273)
Impostos e taxas	(795)	(454)	(1.053)	(1.203)
Despesas gerais	(96)	(206)	(5.968)	(1.943)
	(1.431)	(753)	(27.080)	(26.101)

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(3)	(3)	(328)	(675)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(1)	(17.783)	(12.000)
Descontos concedidos	-	(7)	(453)	(238)
Variação cambial passiva	-	-	(2.937)	(5.641)
Variação monetária passiva	(5)	(6)	(2.459)	(3.859)
Outras	(5)	(4)	(1.478)	(1.136)
	(13)	(21)	(25.438)	(23.549)
Receitas financeiras				
Juros recebidos	119	259	333	485
Juros ativos s/ financiamentos	-	-	1.199	1.326
Descontos obtidos	-	-	81	299
Aplicações financeiras	875	402	1.146	655
Variação cambial ativa	-	-	2.800	5.605
Variação monetária ativa	-	-	90	107
Outras receitas	-	-	58	2
	994	661	5.707	8.479
Resultado financeiro líquido	981	640	(19.731)	(15.070)

25 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, está apresentada como segue:

Controladora

	2014	2013
Receita bruta de alugueis	8.317	7.691
Alíquota de presunção	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo para tributação do imposto de renda e contribuição social	(2.661)	(2.461)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre receita bruta de alugueis	<u>(905)</u>	<u>(837)</u>
Receita bruta de venda de imóveis	-	42.500
Alíquota de presunção	<u>-</u>	<u>8%</u>
Base de cálculo para tributação do imposto de renda e contribuição social	-	(3.400)
Alíquota fiscal combinada	<u>-</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre receita bruta de venda de imóveis	<u>-</u>	<u>(1.156)</u>
Outros	(221)	(346)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(1.126)</u>	<u>(2.339)</u>

Consolidado

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.901)	52.824
Lucro da controladora apurado pelo lucro presumido	12.130	(49.891)
Lucro contábil ajustado	<u>(771)</u>	<u>2.933</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	262	(997)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido	509	(1.936)
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	<u>(1.126)</u>	<u>(2.339)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(355)</u>	<u>(5.272)</u>
Alíquota efetiva	<u>2,75%</u>	<u>10%</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

Controladora			
Ativos		Passivos	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto diferido sobre venda de imóveis a prazo (i)	-	-	(1.537)
Passivo fiscal diferido	-	-	(1.537)
Consolidado			
Ativos		Passivos	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Reserva de reavaliação	-	-	(640)
Depreciação	-	(1.454)	(1.043)
Imposto diferido sobre venda de imóveis a prazo (i)	-	(1.537)	(1.537)
Passivo fiscal diferido	-	(2.991)	(3.220)

- (i) Passivo fiscal diferido reconhecido sobre transação de venda de imóvel recebido a prazo, conforme demonstrado na nota explicativa 9.
- (ii) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que haja lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

26 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	709	557
Aplicações financeiras	8.257	13.034
Contas a receber de clientes	827	1.823
Mútuos a receber partes relacionadas	40	40
Outros créditos	32.541	32.500
	42.374	47.954
	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	2.280	7.308
Aplicações financeiras	12.202	13.064
Contas a receber de clientes	20.952	28.263
Outros créditos	33.586	33.651
	69.020	82.286

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014:

Delga Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

		<u>Controladora</u>	
		Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	709	709	-
Aplicações financeiras	8.257	8.257	
Contas a receber de clientes	827	827	
Mútuos a Receber partes relacionadas	40	-	40
Outros créditos	32.541	-	32.500
	<u>42.374</u>	<u>9.793</u>	<u>32.540</u>
Passivos			
Outras contas a pagar	1.646	1.646	-
	<u>1.646</u>	<u>1.646</u>	<u>-</u>
		<u>Consolidado</u>	
		Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.280	2.280	-
Aplicações financeiras	12.202	12.202	-
Contas a receber de clientes	20.952	18.385	2.567
Outros créditos	33.586	963	32.623
	<u>69.020</u>	<u>33.830</u>	<u>35.190</u>
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	178.416	65.313	185.550
Fornecedores	36.865	36.865	-
Outras contas a pagar	1.951	1.951	-
	<u>217.232</u>	<u>104.129</u>	<u>185.550</u>

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

		<u>Controladora</u>	
		<u>Valor contábil</u>	
		31/12/2014	31/12/2013
Instrumentos de taxa variável			
<i>Ativos financeiros</i>			
Aplicações financeiras		8.257	13.034

	Consolidado	
	Valor contábil	
	31/12/2014	31/12/2013
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	12.202	13.064
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	178.416	166.319

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora								
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2014	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	8.257	Variação do CDI	10,81%	893	1.116	1.340	670	447
1 + 2		Efeito		893	1.116	1.340	670	447
Consolidado								
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2014	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	12.202	Variação do CDI	10,81%	1.050	1.313	1.575	788	525
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(178.416)	Variação do CDI	10,81%	(17.842)	(22.303)	(26.763)	(13.382)	(8.921)
1 + 2		Efeito		(16.792)	(20.990)	(25.190)	(12.594)	(8.396)

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A moeda na qual essa transação é denominada é Dólar Americano. A Companhia e suas controladas não se utilizam de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a administração da Companhia entender que esse risco não é significativo.

A Companhia e suas controladas não possuem recebíveis sujeitos a flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

Com relação a outros passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas garantem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:

	2014	2013
<i>(em milhares de USD)</i>		
Fornecedores do exterior	(823)	(2.922)
	(823)	(2.922)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista		Taxa média	
	2014	2013	2014	2013
USD	2,6562	2,3426	2,3531	2,156

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado consolidado do Grupo na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Risco	Cenários				
		I -Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Fornecedores do exterior	ValorizaçãoDólar	(823)	(1.029)	(1.235)	(617)	(412)
	Efeito	(823)	(1.029)	(1.235)	(617)	(412)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apóia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelocustoamor tizado	Total em 31 de dezembro de 2014
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	709	-	709
Aplicações financeiras	5	8.257	-	-	8.257
Contas a receber de clientes	6	-	827	-	827
Mútuos a receber de partes relacionadas	12	-	40	-	40
Outros créditos	9	-	32.541	-	32.500
Total		<u>8.257</u>	<u>34.117</u>	<u>-</u>	<u>42.374</u>
Passivos					
Outras contas a pagar	-	-	-	1.646	-
Total	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.646</u>	<u>-</u>

Controladora					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelocustoa mortizado	Total em 31 de dezembro de 2013
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	557	-	557
Aplicaçõesfinanceiras	5	13.034	-	-	13.034
Contas a receber de clientes	6	-	1.823	-	1.823
Mútuos a receber de partes relacionadas	12	-	40	-	40
Outros créditos	9	-	32.500	-	32.500
Total		<u>13.034</u>	<u>34.920</u>	<u>-</u>	<u>47.954</u>
Passivos					
Outrascontas a pagar	-	-	-	66	66
Total	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>66</u>	<u>66</u>
Consolidado					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimo s e recebíveis	Passivos pelocustoa mortizado	Total em 31 de dezembr o de 2014
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	2.280	-	2.280
Aplicaçõesfinanceiras	5	12.202	-	-	12.202
Contas a receber de clientes	6	-	20.952	-	20.952
Outros créditos	9	-	33.586	-	33.586
Total		<u>12.202</u>	<u>56.818</u>	<u>-</u>	<u>69.020</u>
Passivos					
Fornecedores	14	-	-	36.865	36.865
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	178.416	178.416
Outrascontas a pagar	-	-	-	1.951	1.951
Total	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>217.232</u>	<u>217.232</u>

Consolidado					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo a mortizado	Total em 31 de dezembro de 2013
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	7.308	-	7.308
Aplicações financeiras	5	13.064	-	-	13.064
Contas a receber de clientes	6	-	28.263	-	28.8263
Outros créditos	9	-	33.651	-	33.651
Total		13.064	69.222	-	82.286
Passivos					
Fornecedores	14	-	-	43.306	43.306
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	166.319	166.319
Adiantamento de clientes	19	-	-	14.538	14.538
Outras contas a pagar	-	-	-	407	407
Total	-	-	-	224.570	224.570

Valor justo

a. *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e suas controladas não efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, bem como de contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2014 é demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	178.416	250.863

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

- **Nível 1** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 2 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

27 Outros assuntos

A Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não optou pela adoção antecipada.

28 Eventos subsequentes

Em 6 de agosto de 2015, ocorreu a Assembleia Geral de Debenturistas que entre outras deliberações, (i) aprovou a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures em razão do descumprimento do índice financeiro previsto na alínea “a” do inciso “xxiv”, item 5.3.1.1 da Escritura, sendo certo que tal deliberação é válida somente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e não implica renúncia ao direito dos Debenturistas de exigir o cumprimento da obrigação descrita neste item nos exercícios posteriores; (ii) aprovou a exclusão do índice financeiro previsto na alínea “b” do inciso “xxiv”, do item 5.3.1.1 da Escritura, qual seja, “Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos)”, em relação, exclusivamente, ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, sendo certo que tal ajuste não afetará a obrigação da Emissora de cumprir com o referido índice financeiro nos exercícios sociais posteriores ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (iii) exclusivamente em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, aprovou a não decretação de vencimento antecipado das Debêntures em razão do atraso na entrega, ao Agente Fiduciário, das Demonstrações Financeiras, que deverá ser entregue até dia 31 de agosto de 2015; (iv) aprovou a alteração dos percentuais do Valor Nominal Unitário das Debêntures da primeira e da segunda séries a serem amortizados, bem como das datas de amortização das Debêntures da primeira e da segunda séries, de modo que todas as parcelas posteriores a 15 de julho de 2015 sejam ajustadas, conforme tabela preestabelecida. Em razão da aprovação do presente item (iv), foi aprovada a prorrogação da data de vencimento das Debêntures da primeira série, passando esta de 12/05/2017 para 12/11/2017 e (v) aprovou a inclusão do item (xxv) na cláusula 5.3.1.1 da

Escritura para fazer constar como hipótese de vencimento antecipado automático das Debêntures a realização de um aporte de capital na Companhia, pelos acionistas da Companhia, até a data limite de 31 de dezembro de 2015, no valor mínimo de R\$ 10.000 (dez milhões de reais).

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Luiz Nogueira dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza
Contador CRC 1SP164770/O-0